

Financiamento Público de Pesquisa em Estudos Clássicos no Brasil

Revistas científicas como *CLASSICA* no Brasil são devedoras de financiamentos públicos de pesquisa. Não porque sua confecção material seja refém desse tipo de investimento governamental, e, sim, porque grande parte dos pesquisadores e agentes científicos, nossos colaboradores, dependem do amparo governamental a fim de que realizem seu trabalho. Entretanto, amiúde e infelizmente, a concessão desses recursos ou mesmo sua recusa não se pauta por processos justos e transparentes, fato que gera desconfiança daqueles que não estão diretamente envolvidos nos julgamentos de mérito, quando e se eles existem.

O sistema federal de financiamento à pesquisa está sob a jurisdição de dois ministérios e dividido entre uma coordenadoria e um conselho. Trata-se, no primeiro caso, do Ministério da Educação, a que está atrelada a CAPES, e, no segundo caso, o Ministério da Ciência e Tecnologia, que mantém o CNPq. Ambas as “agências de fomento à pesquisa” amparam sistematicamente ora as investigações científicas de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado, ora outros tipos de auxílio/bolsa que fornecem ou ampliam o ganho econômico do agente pesquisador, para que ele possa realizar a tarefa para a qual foi formado, muita vez em uma IES igualmente pública, sendo, portanto, financiado por longo tempo com recursos públicos do governo.

O segundo sistema atuante no país está a cargo das conhecidíssimas **FAPs**, cujo modelo parece ter sido a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – **FAPESP** – que funciona como órgão associado à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado, já que, ao que parece, é ela, entre as **FAPs**, a mais antiga e talvez a mais atuante. Mas não se pode, de forma nenhuma, minimizar a importância e impacto da **FAPEMIG** ou da **FAPERJ**, também em sua função modelar, para outros Estados do Brasil.

Diante de um tal número de agências, aparentemente os pesquisadores estariam muito bem “amparados” por elas, já que são tantas as possibilidades de pleitear auxílio à pesquisa em vários níveis. Contudo, para nós, que compomos a Grande Área Humanidades, ou ainda, as subáreas que integram os Estudos Clássicos, são grandes as distorções e as iniquidades nos acometem muitas vezes.

Tais iniquidades fundam-se justamente no estabelecimento de parâmetros de julgamento de índices quantitativos de produção, os famigerados níveis de impacto e número de referências cruzadas, o que revela estarmos sob o jugo de indexadores internacionais. O “**quantitativismo**” – que não é um fenômeno apenas nacional – pode de per si produzir absolutos descabros, entretanto maiores eles serão quando é operado entre Grandes Áreas. Imaginar que os níveis de produção científica em Ciências Humanas, Exatas ou Biológicas possam ser comparados é um grande absurdo. Mesmo entre subáreas isto pode produzir grandes males, haja vista a longa discussão já travada no âmbito da ANPOLL entre as subáreas de Linguística, Literatura e Letras.

Se, por um lado, a guerra parece perdida – o “**quantitativismo**” já nos assolou a todos no mundo – por outro, a batalha por um julgamento justo de nossas demandas, que estabeleça padrões precisos de comparação de produtividade impõe-se como mister. É posição de *CLASSICA* que auxílios à pesquisa sempre reflitam primeiramente um julgamento efetivo de mérito e, num segundo momento, que os padrões de produção sejam estabelecidos dentro das pequenas áreas de conhecimento, de sorte que História Antiga, por exemplo, tenha seu padrão quantitativo específico, assim como Letras Clássicas, Filosofia Clássica e Arqueologia.

Não podemos, pois, estar à mercê de níveis exógenos de avaliação, isto é, o campo dos Estudos Clássicos não pode ser sujeitado aos mesmos padrões de mensuração válidos para Física Nuclear, Cardiologia ou Engenharia de Produção, áreas em que a “produtividade” é maior não só pelo seu próprio *modus operandi* como pela própria dinâmica metodológica das pesquisas que lá são desenvolvidas.

É mais que desejável serem nossos pares, particularmente aqueles que atuam no presente como nossos representantes, nos vários conselhos que compõem as câmaras em que se discutem e decidem a aplicação dos tais índices de mensuração, conclamados a atuarem em prol de que sejam corrigidas as distorções aqui apontadas, de modo a restabelecer a equidade no julgamento de nossas demandas de apoio à pesquisa, equidade que tem sido subtraída aos Estudos Clássicos no Brasil, por força da pasteurização dos critérios que avaliam a produção nas diversas áreas do conhecimento.

PAULO MARTINS
Editor

JOÃO BATISTA DE TOLEDO PRADO
TATIANA OLIVEIRA RIBEIRO
Coeditores